

“Congresso não está omissso”, diz Renan sobre Agenda Brasil

Jefferson Rudy/Agência Senado



Documento, com propostas do Senado para o crescimento do país para além do ajuste fiscal, está aberto para sugestões dos senadores. Segundo presidente da Casa, Congresso deve ser visto “como facilitador, não sabotador”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou ontem no Plenário a Agenda Brasil, documento com sugestões para que o país saia da crise e retome o crescimento. “A minha obrigação como presidente do Congresso é procurar caminhos novos, mesmo correndo o risco de

errar”, disse. O documento agora está aberto para receber propostas dos senadores. A maior parte dos parlamentares apoiou a iniciativa de Renan e afirmou que o Senado tem de cumprir seu papel e colocar eventuais divergências de lado, atuando com união pelo país. **4 e 5**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, entre Vicentinho Alves e Marta Suplicy, apresenta a Agenda Brasil no Plenário

Suíça e Senegal terão novos embaixadores **3**

CPI do Futebol fará audiência com jornalistas **7**

Proposta permite revisão de valor de bem penhorado **6**

Repasso de recurso federal pode ter mais controle **3**

Avança projeto que reduz custo para certificar balões **6**

Tarifa de energia do Norte será tema de debate **6**

DataSenado aponta que violência contra mulher persiste

O DataSenado divulgou ontem uma pesquisa nacional que mostra que, nove anos após a criação da Lei Maria da Penha, uma a cada cinco brasi-

leiras relata já ter sofrido algum tipo de violência cometida por homem. Em metade dos casos, o agressor foi o marido ou o companheiro. **2**



Ronaldo Silva/Prefeitura de Salvador

Agridida em Delegacia da Mulher em Salvador: violência ainda frequente

Programa que preserva emprego gera polêmica em audiência

Representantes de centrais sindicais que participaram ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos não foram unânimes quanto à MP 680/2015, que permite a redução da jornada e dos vencimentos dos tra-

balhadores, com auxílio pago pelo FAT. Um dos receios dos participantes do debate e do presidente do colegiado, Paulo Paim, é a possibilidade de a medida ganhar caráter permanente e deixar de ser uma saída momentânea. **8**

Reforma política deve ser analisada semana que vem **5**

PEC sobre irrigação no Nordeste já pode ser votada **3**



Pedro França/Agência Senado

Comissões voltam a debater hoje proposta sobre produtos transgênicos

Debatedores divergem sobre selo em produtos com transgênicos

Projeto que altera regras para identificação de produtos com matéria-prima transgênica dividiu opiniões ontem em audiência

promovida por duas comissões. Ameaça ao direito à informação por parte do consumidor é questão central do debate. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Rafael Marques, da CUT, fala em debate dirigido por Paulo Paim (3º à esq.)



Na comissão, Arthur Chioro, Elcione Barbalho, Simone Tebet, Renan Calheiros, Vanessa Grazziotin e Eleonora Menicucci

1 em cada 5 mulheres já foi agredida, mostra DataSenado

Edição mais recente de pesquisa nacional, repetida a cada 2 anos, mostra que as agressões físicas são mais frequentes que as psicológicas e as morais. Segundo levantamento, 43% não se sentem respeitadas

UMA EM CADA cinco mulheres no país já sofreu algum tipo de violência do marido, namorado ou ex. Nove anos depois da criação da Lei Maria da Penha, elas ainda se sentem desrespeitadas.

Os dados constam da pesquisa do DataSenado que ouviu 1.102 brasileiras de 24 de junho a 7 de julho. O trabalho é feito desde 2005, a cada dois anos, em todos os estados.

As agressões físicas são majoritárias entre as violências praticadas contra as mulheres (66%), seguidas das psicológicas (48%) e das morais (31%). As mais agredidas são as que têm menor nível de instrução.

No universo das maltratadas, 26% continuam convivendo com o agressor, 23% sofrem hostilidades semanais e 67% são vítimas de violências ocasionais. O ciúme e o consumo de bebidas alcoólicas são os principais desencadeadores das agressões, 21% e 19% respectivamente. Também 21% das agredidas ainda não denunciam ou procuram ajuda, 20% buscam socorro na família, 17% vão às delegacias comuns e 11%, às delegacias da mulher.

Uma novidade neste ano é o crescimento da percepção do desrespeito: 43% das pesquisadas não se consideram respeitadas hoje, contra 35% de

2013. Apenas 5% se consideram respeitadas, ante 10% de 2013.

As mulheres dizem não ser respeitadas na sociedade (57% das entrevistadas), na família (23%) e no trabalho (18%).

A pesquisa foi apresentada ontem na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, do ministro da Saúde, Arthur Chioro, e da ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

— Quanto mais pesquisas, mais visível se torna a violência e mais portas e janelas se abrem para que a sociedade se conscientize que não podemos mais conviver com essa lamentável crueldade contra a

mulher — afirmou a ministra.

Renan ressaltou que levantamentos como esse são uma preocupação do Senado:

— Emanam das pesquisas de opinião subsídios importantes para que possamos tomar decisões.

A presidente da comissão mista, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), reforçou a importância da consagração da Lei Maria da Penha:

— A lei não tem número. Tem nome e sobrenome, como todas as mulheres deste país.

As procuradoras da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e na Câmara dos Deputados, Elcione Barbalho (PMDB-PA), destacaram o valor da pesquisa como subsídio para políticas públicas.

Comissão irá a cidade do Piauí onde ocorreu estupro coletivo de adolescentes

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou ontem seu plano de trabalho para os próximos meses. O calendário prevê as ações em diferentes partes do país.

A comissão decidiu que irá a Castelo do Piauí (PI), onde quatro adolescentes foram vítimas de estupro coletivo em maio. Uma das vítimas morreu em razão das agressões.

Também haverá uma diligência em Cavalcante (GO), para apurar os casos de exploração sexual e de mão de obra doméstica contra crianças.

Foi aprovado ainda o requerimento da relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), para a realização de um debate sobre as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres no Ceará.

Renan recebe diretora-geral da ANP e produtores de cana-de-açúcar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, para discutir a 13ª rodada de licitações de áreas de exploração, marcada para outubro.

Renan também recebeu ontem o presidente da União

Nordestina de Produtores de Cana-de-Açúcar, Alexandre Andrade, e plantadores da região. Eles pediram que o senador interceda junto ao governo pela liberação da subvenção da cana prevista na Lei 12.999/2014. A norma socorre plantadores que tiveram prejuízos com a seca.

Será lançada hoje na Biblioteca do Senado a biografia de Cunha Lima

O livro *Ronaldo Cunha Lima, um Nordeste de Todo Canto*, biografia feita com retalhos literários, e-mails, cartas, bilhetes e poemas, será lançado hoje às 19h30

na Biblioteca do Senado. O escritor Diógenes da Cunha Lima, primo do biografado, conta casos pitorescos do político, pai do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Energia eólica e fotovoltaica

8h30 Na pauta, o PLS 475/2013, que cria subvenção ao financiamento de equipamentos de energia eólica e fotovoltaica.

CAS Implantes

9h Audiência pública interativa sobre a incorporação pelo SUS do implante por cateter de bioprótese valvar aórtica.

CDR Captação de água da chuva

9h O PLS 324/2015, que obriga a captação e o reúso de água da chuva nas novas construções, é um dos itens da pauta.

CDH Pessoas com deficiência

9h Audiência interativa sobre desafios para as pessoas com deficiência nos Estados Unidos e no Brasil.

CCT/CMA Transgênicos

9h Segunda audiência interativa sobre o PLC 34/2015, que extingue a obrigatoriedade do selo identificador da origem transgênica nos rótulos dos produtos.

CCJ Bens do tráfico

10h Na pauta, entre outros, está o PLS 304/2011, sobre a destinação dos bens apreendidos do tráfico de drogas.

CE Jogos Mundiais Indígenas

10h Audiência pública sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

PRESIDÊNCIA Ministros

11h Renan Calheiros preside sessão em homenagem à Marcha das Margaridas. Às 11h30, recebe Romero Jucá e Randolfe Rodrigues e bancada do PSOL na Câmara. Às 12h, recebe o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e às 16h, os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa. Após, preside a ordem do dia.

CONGRESSO Marcha das Margaridas

11h Sessão solene em homenagem à 5ª Marcha das Margaridas.

ESTATAIS Minuta de projeto

14h Comissão que elabora proposta de Lei de Responsabilidade das Estatais avalia a minuta do projeto.

CMO Orçamento 2016

14h e 18h Reuniões extraordinárias para discutir a Lei Orçamentária de 2016.

MP 680/2015 Proteção ao emprego

14h Instalação e eleição da mesa da comissão que avalia o Programa de Proteção ao Emprego.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, análise do projeto que renovera a folha de pagamento de empresas de 56 setores da economia.

MP 681/2015 Desconto em folha

14h10 Instalação e eleição da mesa da comissão que examina MP sobre desconto em folha para pagar cartão de crédito.

MP 682/2015 Seguro rural

14h20 Instalação e eleição da mesa da comissão que analisa MP sobre gestão de fundo do seguro rural.

MP 675/2015 Relatório

14h30 Comissão responsável pela MP que eleva alíquota da CSLL de instituições financeiras aprecia relatório.

MP 683/2015 Fomento regional

14h30 Instalação e eleição da mesa da comissão que analisa projetos de criação de fundos de fomento regional.

MERCOSUL Representação brasileira

14h30 Audiência pública sobre o Acordo Mercosul-União Europeia.

MP 684/2015 Parcerias

14h40 Instalação e eleição de mesa da comissão que avalia parcerias entre organizações civis e o poder público.

MP 685/2015 Litígios tributários

14h50 Instalação e eleição da mesa da comissão que estuda o Programa de Redução de Litígios Tributários.

PRÉ-SAL Atuação da Petrobras

15h Comissão sobre atuação da Petrobras no pré-sal elege relator e vice.

REFORMA POLÍTICA Eleições

15h Comissão discute o PLC 75/2015, que muda o sistema político-eleitoral.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

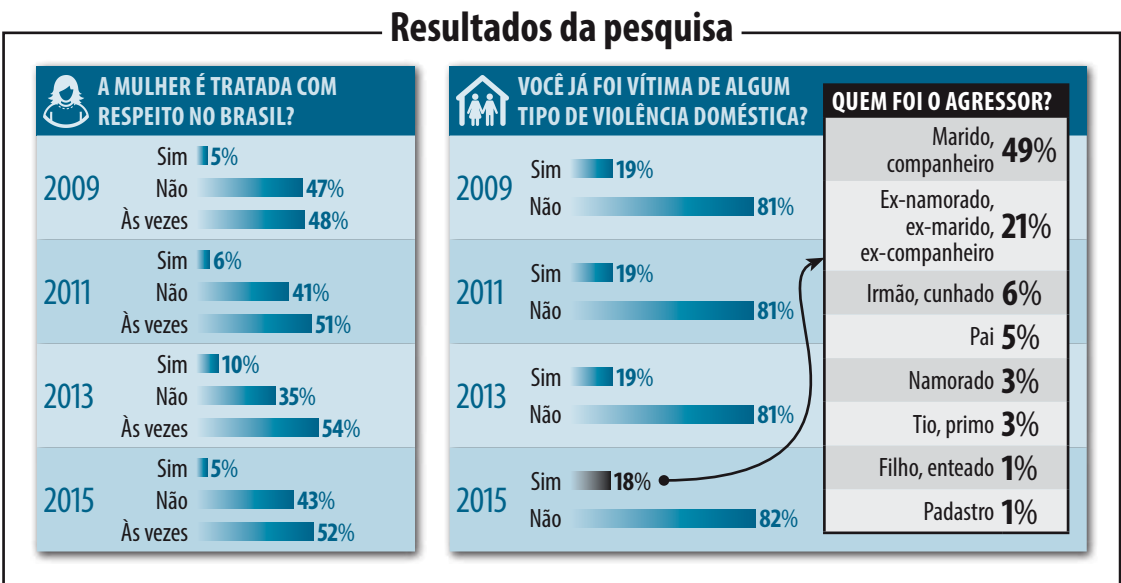


Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Fonte: DataSenado

Plenário aprova novos embaixadores brasileiros para a Suíça e o Senegal

Senadores acataram a indicação de José dos Santos Júnior para atuar no país europeu e a de Flávio Rocha Junior para o país africano

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação de José Borges dos Santos Júnior para o cargo de embaixador do Brasil na Suíça e em Liechtenstein e a de Flávio Hugo Lima Rocha Junior para embaixador no Senegal e em Gâmbia.

Entre as missões permanentes de Santos Júnior no exterior, destacam-se o consulado-geral em Londres de 1983 a 1986, a embaixada em Camberra de 1986 a 1989, o consulado-geral em São Francisco em 1991, a embaixada em Bruxelas de 1993 a 1996, a embaixada em Bogotá de 1998 a 2002, o consulado-geral em Los Angeles de 2005 a 2006 e o escritório financeiro em Nova York de 2006 a 2008.

A indicação do diplomata foi relatada por Lasier Martins (PDT-RS).

O Brasil é o principal parceiro comercial da Suíça na



Diplomatas Flávio Rocha Junior e José dos Santos Júnior, aprovados no Plenário

América Latina e o 19º maior parceiro na escala geral. A Suíça, por sua vez, é o 25º parceiro econômico mais importante do Brasil, segundo dados de 2013.

Na última década, o crescimento do comércio bilateral ficou em quase 270%, tendo as exportações brasileiras aumentado aproximadamente sete vezes.

Constam da pauta exportadora ouro, alumínio,



suco de laranja e carne. As importações oriundas da Suíça concentram-se em medicamentos, máquinas e produtos químicos.

A indicação de Rocha Junior foi relatada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Em embaixadas brasileiras, o diplomata desempenhou, entre outras, as funções de terceiro e segundo-secretário em Varsóvia de 1990 a 1993, segundo-secretário em Lon-

dres de 1993 a 1997, segundo e primeiro-secretário e conselheiro em Argel de 1997 a 2000, encarregado de negócios em Argel em 2002 e conselheiro em Paris, de 2006 a 2010. Desde 2010, exerce a função de embaixador na Mauritânia.

Entre 2002 e 2011, o intercâmbio entre Brasil e Senegal elevou-se de US\$ 29 milhões para US\$ 240 milhões. Em 2013, o comércio entre os dois países somou US\$ 133 milhões. Em 2014, as trocas caíram para US\$ 102 milhões.

Na área de investimentos, destaca-se a atuação da companhia brasileira Nutriplus Alimentação, uma das líderes no mercado nacional na produção de refeições coletivas. A empresa integra a Thiagar Aliments, primeira *joint venture* entre Brasil e Senegal, que iniciou suas operações em 2014.

Avançam PECs da irrigação e de cota no Legislativo

O Plenário encerrou ontem a discussão de duas propostas de emenda à Constituição: a PEC 78/2013, que trata de irrigação nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, e a PEC 98/2015, que reserva cotas de gêneros no Legislativo. Com isso,

ambas já podem ser votadas.

A PEC 78 aguarda apreciação em segundo turno. Ela prorroga até 2028 o prazo para que recursos públicos em irrigação sejam prioritariamente investidos em projetos no Nordeste e no Centro-Oeste.

A proposta integra a lista de matérias escolhidas pela Comissão do Pacto Federativo. Caso seja aprovada, seguirá para promulgação.

Já a PEC 98 será votada em primeiro turno e, posteriormente, em segundo turno. Ela

fixa percentuais mínimos de vagas em todos os níveis do Legislativo a serem ocupadas por representantes de cada gênero. Também da Comissão da Reforma Política, o texto visa ampliar a participação feminina na política.

Texto aumenta rigor no controle de repasses para estados e municípios

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em turno suplementar de votação, projeto que torna mais rigoroso o controle sobre recursos repassados pela administração pública federal em favor dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Conforme o PLS 226/2013, os órgãos públicos federais serão obrigados a notificar as assembleias legislativas dos estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras de vereadores sobre a liberação de recursos federais para governos estaduais e municipais.

O texto aprovado é um substitutivo de Ivo Cassol (PP-RO) ao projeto apresentado por Lobão Filho (PMDB-MA). O substitutivo determina que recursos de convênios entre o governo federal com os demais entes só poderão ser movimentados por meio de contas bancárias específicas

e individuais, sem permissão para transferência para outra conta. Define ainda que os pagamentos só podem ser feitos por meio eletrônico, de forma a identificar a finalidade e a titularidade da pessoa física ou jurídica beneficiária.

No substitutivo, Cassol determina que os recursos sejam obrigatoriamente depositados em contas bancárias de instituições financeiras federais, e não apenas oficiais, como no texto original. Ele fez a alteração para evitar que recursos repassados aos estados fossem mantidos em bancos oficiais geridos pelos próprios governos estaduais.

Também está previsto no texto que os pagamentos em espécie a pessoas físicas que não possuem conta bancária só poderão ser feitos de acordo com limites fixados pelo Poder Executivo federal.

Se forem acatadas, as novas regras resultarão em uma nova lei, em substituição à Lei 9.452/1997, que trata da notificação da liberação de recursos federais.



Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira conduzem reunião da comissão

Comissão fará ciclo de debates sobre desenvolvimento econômico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará um ciclo de debates sobre o desenvolvimento econômico do país. A proposta partiu de Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o tema deverá ser abordado em cinco painéis: política de exportações; política industrial; política agrícola; infraestrutura e logística; e ciência, tecnologia, inovação e educação.

— Neste momento em que o país discute as bases para retomada do crescimento, o Senado deve ter o protagonismo nesse debate, liderado por esta comissão e pelas demais comissões permanentes desta Casa que tenham afinidade

temática com os painéis aqui propostos — afirmou Gleisi.

A CAE aprovou um requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) solicitando audiência pública com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, sobre o combate ao contrabando.

O terceiro requerimento aprovado, de Wellington Fagundes (PR-MT), trata de debate sobre a Ferrovia Transcontinental.

Por fim, a CAE aprovou requerimento de Telmário Mota (PDT-RR) com pedido de audiência pública sobre o pós-ajuste fiscal.

Recondução de Janot é publicada no Diário Oficial da União

A indicação de Rodrigo Janot para mais um mandato à frente da Procuradoria-Geral da República foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A tramitação da Mensagem 306/2015 quando chegar ao Senado começa pela leitura no Plenário. Em seguida, Janot será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Finalmente, precisará obter no mínimo 41 votos favoráveis no Plenário para ser reconduzido.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na segunda-feira que quer uma decisão rápida na CCJ:

— Tão logo chegar ao Senado a indicação, nós a mandaremos para a CCJ. Eu conversarei com os líderes no sentido de que possamos apreciá-la no mesmo dia em que [Janot] for sabatinado.

Janot foi o mais votado em eleição no Ministério Público da União (MPU) e sua indicação foi anunciada pela presidente Dilma Rousseff no fim de semana.

Propostas devem aprimorar controle do setor de inteligência

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência deve apresentar em setembro propostas para aprimorar os mecanismos de controle das atividades do setor. O anúncio foi feito ontem pela presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

— Já requeremos da Abin [Agência Brasileira de Inteligência] o relatório semestral para que possamos criar mecanismos para que, efetivamente, seja respeitada a função de controle da comissão. Temos que ter o mínimo de regulamentação para proteger as atividades dos agentes da Abin.

A comissão deve discutir em breve a atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo. Também pretende discutir o papel da inteligência na segurança das Olimpíadas de 2016.

A comissão adiou para a próxima semana a votação de requerimento do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que convida o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, para explicar a demora na publicação da Política Nacional de Inteligência (PNI).

Documento, que foi redigido pelo Senado com o apoio da equipe econômica do governo, contém uma série de propostas que permitiriam ao país voltar a crescer. Projetos tratam de temas como terceirização do trabalho, aposentadoria, impostos, mineração, infraestrutura e gestão das estatais

Renan apresenta Agenda Brasil e diz que Congresso é facilitador, não sabotador

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que o Poder Legislativo tem interesse em contribuir com o governo na busca de caminhos que permitam ao Brasil voltar a crescer. Renan disse que o Congresso precisa se dedicar a solucionar os problemas do país, acima de questões partidárias e do próprio governo. Ele apresentou ao Plenário suas sugestões.

De acordo com Renan, a Agenda Brasil, elaborada com representantes da equipe econômica do governo na segunda-feira, tem potencial para atingir esses objetivos e mostra que o Congresso não está omissio.

— Queremos dar previsibilidade e de segurança a todos os atores econômicos. Para tal, apresentamos a agenda ao país como uma proposta, uma colaboração do Legislativo. Queremos ser vistos como facilitadores, e não como sabotadores da nação — disse.

Para o presidente do Senado, o desafio agora é tirar as propostas do papel. Ele lembrou que a agenda não é a favor nem contra ninguém, mas pretende apenas conter a crise. Segundo ele, somente quando o país en-

contrar saídas para a economia poderá resolver a crise política e finalmente “respirar os ventos da tranquilidade”.

— Minha obrigação como presidente do Congresso é procurar caminhos novos, mesmo correndo o risco de errar. O único erro imperdoável numa crise é a inação, a abulia. Não estamos estendendo a mão a um governo, que é efêmero e falível, mas debatendo uma agenda para todos os governos do futuro, a toda a nação, que é permanente.

Propostas

A agenda contém 31 propostas. — A agenda continua aberta. O fundamental é que tenhamos na quarta-feira [hoje] uma resposta do ministro Levy com relação a essa agenda, que preserva o interesse nacional e acena claramente para o reaquecimento da economia — afirmou Renan.

Entre as propostas, estão blindar as legislações de contratos contra mudanças repentinas, favorecer os investimentos em logística e aperfeiçoar o marco regulatório das concessões para ampliar a infraestrutura.

Renan destacou como fun-



O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresenta ao Plenário a Agenda Brasil: documento contém propostas capazes de ajudar o país a voltar ao caminho do crescimento

damentais a proposta de regulamentação da legislação dos trabalhadores terceirizados, a revisão do marco jurídico da mineração e a revisão da lei de licenciamento da zona costeira.

Em busca do equilíbrio fiscal, Renan Calheiros considerou importantes a votação da nova Lei de Licitações, a aprovação

da Lei de Responsabilidade das Estatais e a apreciação em segundo turno da emenda que impede o governo federal de criar programas que gerem despesas para estados e municípios sem a indicação da respectiva fonte de financiamento.

— Igualmente relevantes são a reforma do PIS-Cofins, a reforma

do ICMS já em andamento, a repatriação de ativos financeiros no exterior, a mudança do teto do imposto sobre heranças e a definição da idade mínima para aposentadorias — acrescentou.

No âmbito da proteção social, Renan ressaltou a importância de se condicionarem as alterações na legislação de desoneração e

acesso ao crédito subvencionado a metas rigorosas de geração e preservação do emprego.

Ele destacou a relevância de aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde pública.

Veja a Agenda Brasil na íntegra: <http://bit.ly/agendabrasil2015>

Tasso e Ferraço cobram comparecimento de presidente do TCU

Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) cobraram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o comparecimento do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, a audiência pública para discutir as pedaladas fiscais.

Cedraz fora convidado para discutir os procedimentos contábeis do governo referentes às contas de 2014, mas informou por meio de ofício que não

compareceria, o que levou a comissão a aprovar em julho a convocação.

Ferraço pediu ao presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), que faça valer a convocação, uma vez que já foram ouvidos pela comissão o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Para Ferraço, é preciso ouvir agora o TCU. Delcídio prometeu marcar a audiência para breve.

Tasso rebateu o argumento de Cedraz de que não era apropriado o comparecimento, uma vez que o tribunal aguardava em julho as explicações do governo. Para o senador, não cabe a Cedraz definir o momento apropriado para atender o Legislativo. O tribunal é órgão auxiliar do Congresso. O senador propôs ainda o comparecimento do procurador do Ministério Público de Contas Julio de Oliveira e do auditor do TCU Antonio Carlos d'Ávila.

Ana Amélia pede que governo mantenha desoneração por 1 ano

Ana Amélia (PP-RS) sugeriu ontem que o governo mantenha a desoneração da folha de pagamento de vários setores por um ano e exija dos empregadores o compromisso de não demitirem funcionários durante esse período. Já aprovado pela Câmara, projeto proposto pelo Executivo (PLC 57/2015) prevê o fim da desoneração de 56 setores.

Para a senadora, manter a desoneração por mais um ano é mais adequada para a crise que o país enfrenta do que, por exemplo, a MP 680, que reduziu a jornada de trabalho e de salários.

— É muito mais lógico fazer isso. Não implica burocracia, não implica papelada — afirmou.

Telmário diz que crise é reforçada por envolvidos na Lava-Jato

Telmário Mota (PDT-RR) disse que o momento exige união, acima de interesses pessoais. O senador atribuiu parte da crise a “desvios de caráter” de agentes políticos e administrativos funcionários durante esse período. Já aprovado pela Câmara, projeto proposto pelo Executivo (PLC 57/2015) prevê o fim da desoneração de 56 setores.

Para ele, o Legislativo não pode permitir o “caos”, e a pauta do Senado não deve ceder a movimentos de “traição” contra Dilma.

— Alguns dos políticos que se afastam do governo serão vistos na manifestação domingo por mudança na política, política que eles próprios praticaram ou implantaram.

Para Ataídes, é preciso reduzir taxa de juros e acabar com corrupção

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse ontem que uma das principais causas das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país é a perda de credibilidade da presidente Dilma Rousseff, que tem 71% de reprovação, segundo a última pesquisa do Datafolha.

O senador afirmou que o governo erra ao tentar combater a inflação aumentando a taxa básica de juros. Isso é danoso para qualquer economia, avaliou. Ele ressaltou o aumento do desemprego e da dívida pública.

— A solução é equilibrar as contas públicas. Temos que reduzir essa taxa de juros e acabar com esse câncer em estado de metástase chamado corrupção.

Oposição quer alterar projeto que reonera folha de empresas

Senadores oposicionistas disseram ontem, após reunião de líderes na Presidência do Senado, que não concordam com o PLC 57/2015 na forma como o texto foi aprovado pelos deputados.

O projeto prevê a reoneração da folha de pagamentos para 56 setores da economia. Empresas que pagam 1% de contribuição previdenciária terão alíquota de 2,5%. As que pagam 2% passarão a arcar com 4,5%.

O texto aprovado na Câmara foi um substitutivo do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que alterou a proposta original do governo e preservou alguns setores.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), disse que a oposição quer que as reonerações sejam menores e em níveis iguais para todos.

— A Câmara fez mudanças que podem levar empresas a extrema dificuldade — disse o

líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB).

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que a oposição tenha ao menos 24 horas para estudar o relatório sobre o projeto, que será apresentado pelo líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

O PLC 57/2015 faz parte do ajuste fiscal do governo. Na Câmara, a oposição votou contra por considerar que o texto prejudica a recuperação da economia e gera desemprego.

Maior parte dos senadores apoia documento e pede união pelo Brasil

A Agenda Brasil, proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, provocou várias manifestações no Plenário. Enquanto grande parte dos senadores elogiou a iniciativa e criticou a votação de projetos da “pauta-bomba” pela Câmara, senadores da oposição acusaram o governo de ser o responsável pela crise. Governistas, por sua vez, pediram a união dos partidos em prol do país.

O líder do Bloco da Oposição, Alvaro Dias (PSDB-PR), elogiou a agenda. Para ele, as razões da crise na economia são a estrutura exagerada da máquina pública, que produz “gastos exorbitantes”, a dívida pública, que cresce “de maneira assustadora”, e a ausência de um programa de fiscalização e controle dos gastos públicos. O governo precisa, na opinião dele, promover uma reforma na própria estrutura para poder propor um ajuste fiscal.

— Nós queremos mais ousadia, mais coragem do governo na direção de mudanças fundamentais, com reformas essenciais para o futuro do país — disse.

Ao elogiar a agenda, Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que cabe à classe política apoiar o que for melhor para o país. O senador criticou a aprovação da Câmara de itens da pauta-bomba e disse que o Senado cumpriu a parte dele ao apresentar propostas para tirar o país da crise.

— Quem está lá fora, o povo, quer é proposta, coisa concreta para tirar o país da crise. Quem está lá fora está preocupado com o seu emprego, com a sua empresa, com pagar os financiamentos que obteve, com o futuro.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), apontou a existência de uma crise econômica, política e ética que gera um ambiente de incerteza, a qual o governo “nem sequer tinha a humildade de assumir há poucos dias”. Para o senador, o governo é o único responsável pela crise.

— Se olharmos a crise na sua dimensão política, vamos observar que as oposições brasileiras, que não somam 20% do Senado nem 20% da Câmara, não podem ter qualquer responsabilidade sobre esta crise política — disse o senador, que colocou o PSDB à disposição a ajudar na construção da agenda, desde que haja humildade por parte do governo.

Por outro lado, para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a oposição tem, sim, responsabilidade, porque muitas das medidas que o governo quer votar hoje foram defendidas pelos atuais opositores no passado. A senadora disse que a votação de

uma pauta-bomba na Câmara não é contra a presidente Dilma Rousseff, mas contra o país. Ela creditou a crise política ao resultado acirrado das eleições.

— Há uma dificuldade imensa da oposição de reconhecer o resultado. Querem ganhar a eleição em um terceiro turno.

A senadora negou que a crise seja culpa do governo e apontou a crise internacional como um dos fatores que contribuem para agravar as dificuldades econômicas do Brasil.

Oposição

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (DEM-GO), destacou a necessidade de acordos entre os líderes para que a agenda proposta por Renan não fracasse e não seja encarada como “mais um teatro”.

O senador acusou o governo de alimentar a discórdia e apontou no PMDB falta de convergência interna por falas discordantes entre os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Cássio Cunha Lima (PB).

— A crise neste país vai ser resolvida imediatamente tão logo o PT e a presidente Dilma saiam do comando. Nesse momento, a população vai acreditar no país, vai voltar a investir, vai existir a tranquilidade — disse o senador, frisando que a Constituição prevê impeachment em caso de crimes cometidos pelo chefe do Executivo.

Rose de Freitas (PMDB-ES) destacou o papel da oposição como fundamental no processo. Ela ressaltou que é preciso ouvir os senadores que não são da base do governo antes de debater as propostas com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Jorge Viana (PT-AC) pediu a colaboração da oposição para que o país siga “sem golpes, sem esperteza, sem atalhos”.

O líder do PT, Blairo Maggi (MT), elogiou a agenda proposta por Renan e pediu calma aos colegas para que não embarquem na “loucura” que a Câmara fez nos últimos dias.

— A nação não pode pagar por problemas pessoais de A, B ou C. A nação precisa ter calma para se reconstruir.

Também apoiaram a agenda Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Hélio José (PSD-DF) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).



Jorge Viana, presidente da Comissão da Reforma Política, e Romero Jucá, relator

Comissão quer votar reforma política dos deputados até próxima semana

A Comissão da Reforma Política pretende votar até a próxima semana o PLC 75/2015, que é o projeto com modificações na legislação política, partidária e eleitoral aprovado pela Câmara.

A ideia dos senadores é agilizar a votação na comissão para que a proposta possa ir a voto no Plenário do Senado até o fim do mês.

Ao texto, que começou a ser discutido ontem na comissão, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou como sugestões de mudanças trechos de projetos já aprovados pela comissão e também pelo Senado, além de recomendações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Jucá argumentou que a estratégia possibilita a aprovação da reforma no Congresso até o fim de setembro, para que algumas regras possam valer para as eleições municipais de 2016.

Polêmica

A maior polêmica no primeiro dia de discussão do PLC 75/2015 girou em torno das regras para as coligações em eleições proporcionais (para vereadores e deputados estaduais e federais). A proposta da Câmara mantém a possibilidade de união de partidos, mas estabelece que somente serão eleitos os candidatos que alcançarem um número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral. Assim, ficaria impedida a nomeação de pessoas que receberam votação insuficiente, mas foram beneficiadas por campeões de voto.

Um exemplo famoso é o do deputado federal Tiririca (PR-SP) em 2010. Ele recebeu mais de 1,3 milhão de votos, o que favoreceu candidatos da coligação. Dessa forma, tomaram posse como deputados dois candidatos que receberam 90 mil votos.

Os senadores da comissão, no entanto, consideraram que, como está, o projeto não acaba com o problema. Sugeriram mudanças no texto para que fique valendo a proposta aprovada no Senado em junho e que está no PLS 430/2015. De acordo com a proposta, a distribuição de vagas nas eleições proporcionais respeitará o quociente eleitoral por

partido mesmo quando houver coligação. Os partidos que não alcançarem o quociente não poderão concorrer às sobras de vagas.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acredita que há mais chances de aprovação desse texto se ele fizer parte do projeto que veio da Câmara:

— Por que não apresentar a mudança agora? Se mantivermos apenas o projeto aprovado no Senado, há o risco de a nossa proposta morrer na Câmara.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também está preocupado com a manutenção das atuais normas das coligações em eleições proporcionais. Advertiu que a sociedade espera que o Congresso aprove uma reforma política que mexa nos modelos da coligação partidária e de financiamento de campanha.

— Temos políticos que são influentes nos seus partidos, que têm condições de mobilizar as direções partidárias para que possamos votar matérias que são realmente importantes, sem deixarmos de cuidar dessas outras, que são retoques no sistema. São retoques que eu acho meritórios, mas, se nós os apresentarmos como resultado do e dissermos “está aqui a reforma política”, você vai olhar e dizer: “Pelo amor de Deus, é isso que vocês estão fazendo?”.

Financiamento

Por outro lado, o tema financiamento de campanha foi adiado. Jucá ponderou que, antes de a comissão aprofundar o debate sobre quem e como devem ser pagas as campanhas eleitorais, é prudente esperar a conclusão da votação da proposta na Câmara.

Os deputados aprovaram em primeiro turno no semestre passado a proposta de emenda que autoriza as empresas a doarem a partidos, mas não a candidatos. A PEC deve ainda ter mais um turno de votação na Câmara. Se aprovada, será remetida ao Senado.

Além disso, Jucá lembrou que o Supremo Tribunal Federal examina desde o ano passado uma ação que pede o fim das doações de empresas privadas para as campanhas eleitorais.

Projeto permite que valor de bem penhorado seja revisto

Proposta, que foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, afeta contribuintes inadimplentes e transforma em lei entendimento do STJ que vem sendo ignorado por tribunais de instâncias inferiores

A LEI DE Execução Fiscal (Lei 6.830/1989) poderá ser alterada e assegurar a possibilidade de realização de uma nova avaliação de bens penhorados para a quitação de dívida de contribuintes inadimplentes. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o PLS 24/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que admite a revisão do valor desses bens, mesmo que a primeira avaliação tenha sido feita por um oficial de justiça. A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o PLS 24/2014, a nova avaliação poderá ser pedida pelo devedor ou pela Fazenda Pública. Ferraço disse que a proposta está alinhada com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apesar das reiteradas deci-

sões do STJ, destacou Ferraço, alguns tribunais continuam rejeitando o pedido de reavaliação dos bens penhorados. No entendimento dele, tal interpretação pode trazer prejuízos tanto para os executados quanto para a Fazenda Pública, já que o processo acaba chegando ao STJ enquanto o crédito permanece sem liquidação.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), recomendou a aprovação da proposta e apresentou emenda ao texto original. A mudança estabelece condições para o juiz determinar uma nova avaliação do bem, como o registro de erro ou dolo do avaliador, passível de ser questionado por qualquer uma das partes.



Fernando Bezerra Coelho, que leu para a comissão o relatório de Valadares



Campeonato de balonismo em Brasília: certificação hoje custa R\$ 891,3 mil

Taxa para certificação de balões pode ficar mais baixa

A redução da taxa de certificação de balões para a prática de balonismo, de R\$ 891,3 mil para R\$ 31,4 mil, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autor do PLS 62/2014, Vicentinho Alves (PR-TO) argumentou que a taxa é tão elevada que nunca foi recolhida por nenhum interessado na atividade.

Após lembrar que o preço de um balão nacional é de R\$ 60 mil, o senador disse que a cobrança da taxa de R\$ 891,3

mil pode levar a indústria nacional à falência, “pois ela não se aplica aos balões estrangeiros”. A impossibilidade de certificar os balões, segundo ele, prejudica o Brasil em inúmeras atividades esportivas.

Na CAE, o projeto recebeu relatório favorável de Roberto Requião (PMDB-PR) — lido na reunião de ontem por Raimundo Lira (PMDB-PB). Agora o projeto será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Avança redução da tributação de representantes comerciais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta que modifica o enquadramento dos representantes comerciais no Simples Nacional, de forma a incluir a atividade desses profissionais em uma tabela de tributação com alíquotas menores que

as praticadas atualmente. De autoria de Paulo Paim (PT-RS), o PLS 5/2015 — Complementar recebeu relatório favorável de Romero Jucá (PMDB-RR) e agora vai para o Plenário.

Os representantes comerciais alegam que, pelas regras atuais, se aderissem ao

Simples estariam sujeitos a uma tributação que varia de 16,9% a 22,4% — maior, portanto, que os cerca de 13% que recolhem pelo regime de tributação de lucro presumido.

A categoria se diz alijada dos benefícios do regime de tributação simplificado, que agrega

o recolhimento de PIS-Pasep, Cofins, ISS, CSLL e Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Paim considera justo o reenquadramento pleiteado pelos representantes comerciais e, por isso, apresentou o projeto que estende à categoria as mesmas regras de

tributação válidas para contadores, agentes de viagem, fisioterapeutas e corretores de seguros.

A proposta altera artigo do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006).

Comissões debaterão tarifa de energia elétrica da Região Norte

As Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) farão audiência pública conjunta para debater a formação das tarifas de energia elétrica nos estados da Região Norte, em especial no Acre. Conforme Jorge Viana (PT-AC), apesar de serem produtores de energia, os estados da região pagam tarifas mais altas do que as cobradas no centro-sul.

— Os estados na Bacia Amazônica exportam energia e pagamos a maior tarifa. É

inexplicável, um absurdo. O centro-sul consome a energia gerada na Amazônia e quem paga conta adicional maior são os moradores da Amazônia — criticou o senador.

Viana é autor do requerimento propondo a participação da CMA no debate. O pedido foi aprovado ontem na comissão. O parlamentar sugere que sejam convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, e o presidente da Eletrobras Distribuição Acre, Joaquim Rolim

de Oliveira. O senador cobra dos dirigentes uma explicação para as altas tarifas e sugere a mudança de critérios para definição dos valores.

A comissão aprovou ainda requerimentos de Donizeti Nogueira (PT-TO) para duas audiências para discutir o PLS 248/2014, que define regras para preservação do Rio Araguaia.

— O projeto, da senadora Kátia Abreu [PMDB-TO], está sob a relatoria do senador Douglas Cintra [PTB-PE]. Combinei com ele que, antes

de votamos o projeto, faríamos as audiências para aprofundar o debate sobre o aproveitamento e a preservação do Rio Araguaia — explicou Donizeti.

Com o debate, argumenta ele, será possível avaliar se há risco de o aproveitamento do potencial hidroviário e de geração de energia do Araguaia provocar a degradação do rio. Na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PLS 248 é “muito duro” e, se aprovado, tornará o Araguaia “intocável”.

Donizeti sugere que sejam convidados para as audiências,

entre outros, representantes dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Agricultura, além de dirigentes de agências reguladoras.

Foram aprovados ainda nove requerimentos de Otto Alencar (PSD-BA) com pedidos de informação a diversos órgãos sobre o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Conforme o senador, os dados solicitados ajudarão na avaliação da política de revitalização do São Francisco, uma prioridade da CMA neste ano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Audiência sobre projeto que flexibiliza a rotulagem de produtos com matéria-prima geneticamente modificada acende o debate sobre direito à informação por parte dos consumidores

Identificação de transgênicos divide opiniões

A FALTA DE consenso sobre as normas de identificação de produtos transgênicos ficou clara em debate ontem no Senado. A audiência pública, promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e pela de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), reuniu especialistas para tratar de um projeto que pode mudar essas regras com alterações na Lei de Biossegurança.

Atualmente, produtos com qualquer percentual de substância transgênica devem trazer essa informação. Pelo projeto (PLC 34/2015), o alerta será obrigatório apenas quando a substância superar 1% da composição. Além disso, o símbolo de identificação — letra T em um triângulo amarelo — poderá ser substituída pela frase “Contém transgênico”.

Para Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA), a mudança mais sensível afeta as regras de rastreabilidade. Ele explicou que a



Texto debatido ontem será analisado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor

identificação é feita a partir da matéria-prima: se ela tiver origem transgênica, o produto será rotulado dessa maneira. Se a regra mudar, a análise passará a ser feita sobre o produto final, resultado de processamento. Então, disse Guetta, as moléculas de DNA estarão rompidas e os exames de laboratório serão inúteis.

O autor do texto original, deputado Luis Carlos Heinze

(PP-RS), disse que o projeto não retira o direito à informação, mas adapta a rotulagem para evitar um símbolo que, para ele, criminaliza o produto. A mesma opinião tem o presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Edmundo Klotz. Ele também é contra a menção nos rótulos das espécies doadoras de genes, pois, acredita, são nomes científicos

que pouco significam para a população e colaboram para o que chamou de percepção equivocada de risco.

Na mesma linha, a representante do Ministério da Agricultura, Juliana Ribeiro, disse que o órgão defende o direito à informação, mas avaliou que o T dentro do triângulo amarelo pode ser modificado.

Adriana Brondani, diretora do Conselho de Informações

sobre Biotecnologia (CIB), disse que existe vasta produção científica confirmando a segurança dos transgênicos.

Mas o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Edivaldo Velini, afirmou que a segurança do produto só pode ser avaliada caso a caso. Marijane Lisboa, professora da PUC-SP, disse que, frente à falta de consenso sobre a segurança dos transgênicos, o direito do consumidor à informação é incontestável, mesma opinião da coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, Andriara Maranhão.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Regina Sousa (PT-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF) defenderam a identificação clara e fácil. Lasier Martins (PDT-RS) informou que foram recebidas mais de 50 manifestações de cidadãos, a maioria contrária à extinção do símbolo atual nos rótulos. Novo debate ocorre hoje.

Comissão decide declarar apoio à candidatura de Zico para a Fifa

Por sugestão de Alvaro Dias (PSDB-PR), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) decidiu declarar apoio à candidatura de Zico à presidência da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). O técnico e ex-jogador lançou candidatura à eleição marcada para fevereiro do ano que vem.

Alvaro acredita que a eleição de Zico será importante para o país e para o esporte. O senador considera o ex-jogador capaz de mudar a gestão da Fifa. A entidade é alvo de denúncias de corrupção que levaram à prisão de dirigentes.

— O futebol movimenta

por ano mais de US\$ 200 bilhões em todo o mundo. Gera empregos, renda, receitas públicas e oportunidades de ascensão social para inúmeras famílias — explicou o senador.

Segundo ele, o apoio da CE poderá ser o início simbólico de um movimento de fortalecimento da candidatura de Zico.

A comissão também aprovou a criação da Medalha Nise da Silveira, que deverá ser concedido pelo Senado anualmente a três personalidades que se destacarem no desenvolvimento de técnicas de tratamento humanizado na área da saúde.

CPI do Futebol ouvirá jornalistas esportivos

A CPI do Futebol definiu ontem o plano de trabalho para os próximos meses. Segundo a proposta do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), a comissão deve a princípio avaliar o cenário atual do futebol brasileiro. Para isso, ouvirá dirigentes, atletas, árbitros e jornalistas. Só depois a CPI entrará no objeto principal, que é investigar irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e na realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

— Esta CPI não será só em cima da CBF. Nossa ideia é contribuir para a melhoria do futebol. Quero ter primeiro

uma visão geral, começar a ouvir a base, as federações, os clubes, para construirmos uma lógica de como funciona o sistema. Se formos discutir só a gestão da CBF, não vamos ter as informações do que vem a ser o futebol que deságua nela — explicou Jucá.

O presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), afirmou ser “100% a favor” do plano apresentado. Para ele, a comissão pretende iniciar uma reestruturação do futebol no país. Para isso, a comissão deve ter um amplo horizonte de atuação.

— O objetivo aqui é um só: moralizar o futebol. Como senador, brasileiro e ex-jogador,

espero que a gente possa mudar a cara do nosso país pelo menos em relação ao futebol.

O plano de trabalho de Jucá prevê audiências semanais com representantes de diferentes setores do futebol. A primeira delas, na próxima terça-feira, contará com os jornalistas Juca Kfoury, Sérgio Rangel, Jamil Chade e José Cruz. Segundo Romário, os quatro têm um histórico de expor as mazelas do futebol brasileiro e darão importantes contribuições para embasar as audiências posteriores.

A comissão elegeu ontem o vice-presidente, que será Paulo Bauer (PSDB-SC).

Raupp elogia programa de investimentos do governo no setor elétrico

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou ontem a presidente Dilma Rousseff e o Ministério de Minas e Energia pelo lançamento de programa que prevê investimentos de R\$ 186 bilhões no setor elétrico até 2018.

O programa, disse, visa aumentar a oferta de energia e fortalecer o sistema de transmissão para garantir mais eletricidade e a preços competitivos.

Para o senador, o Brasil tem grande potencial para produzir energia limpa, mas precisa de investimentos.

— Espero que, com o lançamento do programa, possamos baixar o custo da energia, tanto para a indústria como para os consumidores de baixa renda.



Waldemir Moka/Agência Senado

Amorim alerta para crescimento dos índices de violência em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) alertou para os índices de violência registrados em Sergipe e por todo país no primeiro semestre. O senador citou dados do *Índice de Progresso Social 2015*, divulgado em abril, que apontou o Brasil como o 11º país mais inseguro entre 132 nações.

Amorim explicou que a violência tem sido um dos principais itens a puxar para baixo o desempenho do Brasil em qualidade de vida.

O senador lamentou a situação de Sergipe, sétimo estado mais violento.

— Já fomos um dos estados mais tranquilos da Federação, hoje vivemos a insegurança cotidiana em meio à guerra urbana — afirmou o senador.



Waldemir Moka/Agência Senado

Moka destaca produção da agricultura familiar no norte de Mato Grosso do Sul

Waldemir Moka (PMDB-MS) parabenizou o trabalho nos assentamentos de agricultura familiar de Siderlândia, ao norte de Mato Grosso do Sul, local que visitou semana passada.

Segundo o senador, antes a capital Campo Grande era abastecida de hortaliças e legumes vindos de fora do estado. Agora, os assentamentos são responsáveis por cerca de 90% do abastecimento dos mercados locais.

Ele destacou, porém, que os agricultores ainda precisam de insumos, como calcário para corrigir o solo e capim de melhor qualidade para o gado.

— São investimentos muito pequenos em função do que eles podem fazer.



Waldemir Moka/Agência Senado

Lira registra aniversário de Cajazeiras e avanços do município paraibano

Raimundo Lira (PMDB-PB) saudou Cajazeiras (PB) pelo aniversário de fundação, a ser comemorado em 22 de agosto. Ele mencionou a importância do setor educacional no município, que é conhecida como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”.

O senador ressaltou que a cidade tem um campus da Universidade Federal de Campina Grande, o que tem levado os cajazeirenses a sonhar em ter a própria universidade federal.

Lira elogiou a qualidade das rodovias federais na Paraíba. Ele disse contar com o empenho do Ministério dos Transportes para duplicar o acesso rodoviário a Cajazeiras.



Waldemir Moka/Agência Senado

MP que protege emprego não tem consenso

Medida permite redução de carga horária e de salários em períodos de crise. Centrais sindicais se mostraram receosas em audiência na Comissão de Direitos Humanos

EM NOME DA preservação dos postos de trabalho e numa situação temporária e excepcional, a maioria das centrais sindicais presentes ontem à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre desemprego manifestou apoio à MP 680/2015, que criou o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A medida permite a redução da carga horária e dos salários dos trabalhadores em períodos de crise, mas com um auxílio pago pelo Estado por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

— O PPE não é o ideal, mas entre já receber o Fundo de Garantia e começar a procurar outro emprego ou ficar no seguro-desemprego, sem segurança nenhuma, acho que o PPE é o menos ruim — afirmou Moacyr Tesch, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Para Tesch, o ideal seria o cenário de pleno emprego ou que as multinacionais que tiveram “lucros exorbitantes” nos últimos anos de economia aquecida e os repassaram para sustentar as matrizes europeias agora reinjetassem os recursos para ajudar na crise brasileira. Mas, como tais alternativas estão fora do horizonte, é melhor, disse, que os trabalhadores se mantenham empregados, ainda que precisem lidar com a redução dos salários.

Ele comentou o uso de recursos do FAT para diminuir as perdas salariais, algo que tem sido criticado, e considerou ser mais útil aplicá-los logo, para preservar o empregado em serviço, a usá-los mais tarde, no pagamento do seguro-desemprego. O sindicalista elogiou o período de estabilidade que a medida prevê: o funcionário da empresa que aderiu ao PPE não poderá ser demitido enquanto estiver utilizando o benefício, nem num período posterior de um quarto do total do tempo de adesão ao programa.



Presidente da comissão, Paulo Paim (C) se mostrou temeroso de que a possibilidade de diminuir jornada e salário dos trabalhadores se torne permanente

Sergio Leite, da Força Sindical, frisou que a adoção do PPE para a proteção do emprego em momentos de crise é alternativa bem melhor do que o *layoff*, que é a redução temporária da jornada de trabalho e do salário, mas ainda bancado pela empresa, ou a suspensão dos contratos de trabalho para requalificação profissional, com benefício pago pelo FAT. No último caso, enfatizou, os trabalhadores não têm direito ao seguro-desemprego quando são demitidos, o que não ocorre com o PPE.

Inconstitucionalidades

A audiência foi realizada a pedido da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), que aponta inconstitucionalidades na MP 680. Na opinião do presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt, a medida provisória modifica a estrutura sindical brasileira ao permitir que o acordo seja feito pelo sindicato das categorias majoritárias ou preponderantes de uma empresa.

— Os sindicatos majoritários não têm a sensibilidade necessária — afirmou.

O assessor jurídico da entidade, Amadeu de Paula, considerou a medida uma “ofensa à estrutura geral do sindicalismo brasileiro”. Ele acrescentou que a CNPL não abrirá mão de

defender as categorias diferenciadas, como prevê a Constituição. Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) será apresentada com esse objetivo.

Também foi voz dissonante, pelo menos em parte, o representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), José Gonzaga da Cruz. Ele informou que o apoio à proposta não é pacífico na central, pelo temor da adoção do sistema por períodos muito longos.

— Pensamos que esse instrumento não poderá se transformar no instrumento do capeta. A perenidade dele será um instrumento do capeta, como o banco de horas se tornou — opinou.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, acredita que a medida não terá a efetividade esperada pelo governo e condenou a possibilidade de flexibilização genérica, extensiva a qualquer setor, bastando que haja para isso uma negociação sindical coletiva.

— Temos dúvidas porque a legislação não previu uma auditoria das empresas [para checar a real necessidade]. Temos receio de que se torne uma falsa panaceia e instrumento de chantagem. Temos receio de que as classes

trabalhadoras sejam contrastadas com essa novidade: ou negociamos nesse sentido, ou recorreremos ao programa, o que vai representar perda salarial — disse Feliciano.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH e coordenou a reunião, criticou a possibilidade de a redução da jornada e dos salários se tornar permanente:

— Que a moda não pegue e vire uma norma definitiva, deixando de ser uma saída momentânea — afirmou.

Todos os sindicalistas, mesmo os que têm ressalvas à MP, pediram o apoio do Senado para que alterações propostas nas 175 emendas apresentadas ao texto não tragam mais precariedade aos empregados.

— As centrais sindicais precisam estar atentas às emendas, a flexibilização para tudo é temerária — comentou Sérgio Leite, da Força Sindical.

Esse ponto de vista foi defendido pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, que também representou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no debate. Para ele, a redação atual da MP demonstra equilíbrio, apesar de os sindicatos defenderem ainda mais benefícios às categorias de trabalhadores. Por isso, o texto não pode ser muito modificado.

Blairo destaca papel do agronegócio na economia

Blairo Maggi (PR-MT) destacou ontem a importância da atividade agropecuária e lembrou que ela é a base da formação social e responsável pela passagem do país para a modernidade.

Por suportar a economia e responder por 25% do produto interno bruto, o agronegócio permitiu o desenvolvimento de atividades industriais e de serviços e compete de igual para igual nos mercados internacionais, ressaltou.

— No primeiro trimestre deste ano, a produção agrícola cresceu 4,7%. É de se destacar que são os itens na agropecuária que lideram a nossa pauta de exportações. No primeiro semestre de 2015, as exportações atingiram a cifra de US\$ 94,3 bilhões.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Viana reclama do preço das passagens aéreas para o Acre

Jorge Viana (PT-AC) reclamou que o transporte aéreo para áreas mais isoladas, como a Amazônia, piorou nos últimos anos. O senador disse que uma viagem de ida e volta de Brasília para Rio Branco está custando R\$ 3 mil, enquanto de São Paulo para Nova York sai por R\$ 1,5 mil. Ele acrescentou que só TAM e Gol atuam no trecho, com apenas um voo direto e serviços que deixam a desejar, e que pediu informações à Secretaria de Aviação Civil sobre a concessão de linhas para a rota Rio Branco-Brasília.

— Enquanto o mundo inteiro tem uma queda nos preços das passagens, no Acre, por exemplo, tem aumento permanente. É impraticável!

Viana vai pedir uma audiência na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) sobre o tema.

Bezerra quer centro de conexões de voos no Recife

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que a qualificação do Aeroporto Internacional de Guararapes, no Recife, o credencia a sediar o centro de conexões de voos, chamado *hub*, que o grupo Latam, formado por TAM e LAN, pretende instalar no Nordeste.

Bezerra informou que Recife disputa o centro com Fortaleza e Natal e que a decisão deve sair em três semanas. Para ele, Pernambuco é a melhor opção, faltando apenas a ampliação das instalações de Guararapes.

O senador explicou que a implantação do centro terá investimentos de US\$ 1,5 bilhão e poderia gerar 10 mil empregos em Pernambuco. Registrou ainda que o Aeroporto de Guararapes foi apontado como o segundo melhor do país em pesquisa da Secretaria de Aviação Civil da Presidência.

Reguffe defende isenção fiscal para medicamentos

Reguffe (PDT-DF) defendeu a PEC 2/2015, que proíbe a incidência de impostos sobre medicamento de uso humano. Ele lembrou que, no Brasil, os impostos representam 35,7% do preço dos remédios, enquanto em outros países os medicamentos são isentos de tributos. O senador informou que, em 2014, segundo a Receita Federal, o governo arrecadou mais de R\$ 5 bilhões com os tributos sobre os remédios, enquanto gastou com incentivos ao setor automotivo cerca de R\$ 20 bilhões.

— Então R\$ 20 bilhões para as montadoras de automóveis pode, R\$ 5 bilhões para que a população possa comprar um remédio mais barato quando precisa, não pode — criticou.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Transposição pode ter fase concluída logo, diz Garibaldi

Preocupado com a seca que atinge o Nordeste desde 2012, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que, se os testes no bombeamento das águas iniciados na semana passada forem satisfatórios, é possível que a presidente Dilma Rousseff inaugure a primeira etapa do projeto de transposição do Rio São Francisco neste mês.

— E, a partir daí, vamos ter os caminhos se abrindo para que essa água possa finalmente chegar aos nossos estados tão castigados pela seca. É evidente que isso não se dará da noite para o dia, mas, tendo em vista o agravamento da situação, é a melhor notícia que nós poderíamos dar àqueles que estão no campo, no interior do Nordeste — declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado